



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 161/XIII/ 3.ª SL

Aos 20 dias do mês de junho de 2018, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

Audição do Presidente da Comissão Coordenadora do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública e no setor empresarial do Estado (PREVPAP), Dr. Fernando Ribeiro Lopes, na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE.

II Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 160, de 12 de junho de 2018;

2. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas - designação de deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar:

• **Projeto de Lei n.º 916/XIII/3.ª (PEV) – “Remove as penalizações aplicadas a trabalhadores que já tenham acedido à pensão antecipada”**
Deputado autor do parecer: GP do PSD (Maria das Mercês Borges);

• **Projeto de Lei n.º 917/XIII/3.ª (PEV) – “Procede à reposição do regime de férias na Função Pública, consagrando o direito a 25 dias úteis de férias e as majorações em função da idade”**
Deputado autor do parecer: GP do PS (José Rui Cruz);

3. Distribuição da COM (2018) 375 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que “estabelece disposições comuns sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e regras financeiras para estes Fundos e o Fundo para o Asilo e a Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos” (a remeter à CAE até 31 de julho)
Relator: Deputado do GP do PS;

4. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:

• **Projeto de Lei n.º 860/XIII/3.ª (CDS-PP) – “Cria o Programa Extraordinário de Ingresso de Pessoas com Deficiência na Administração Pública (PEIPDAP)”;**

• **Projeto de Lei n.º 861/XIII/3.ª (BE) – “Estabelece obrigatoriedade de contratação de 2% de trabalhadores/as com a diversidade funcional”;**

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1512/XIII/3.ª (PCP) – “Apoio social aos trabalhadores da COFACO na Ilha do Pico”;

6. Fixação da redação final dos textos das seguintes iniciativas:



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 161/XIII/ 3.ª SL

- Projeto de Resolução n.º 369/XIII/1.ª (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo que crie um “Contrato de Transparência com os futuros pensionistas”: informação sobre a expectativa de pensão a receber ao atingir a idade legal de reforma»;

- Projetos de Resolução n.º 1183/XIII/3.ª (BE) – “Disponibilização pelo Centro Nacional de Pensões de recibo discriminado da pensão com indicação dos valores que a compõem, em data anterior à do recebimento” e n.º 1404/XIII/3.ª (PCP) – “Recomenda ao Governo que seja prestada informação detalhada aos reformados e pensionistas sobre os valores das suas pensões e reformas”;

7. Admissão das seguintes petições, e designação dos respetivos relatores (se necessário):

- 375/XIII/2.ª, da iniciativa de Marta Cláudia Matos Oliveira, que “Solicita legislação no sentido de o subsídio de doença a 100% ser aplicável a doentes oncológicos”;
Deputado relator: GP do PSD;

- 379/XIII/2.ª, da iniciativa de Paulo Jorge Alves Madeira, que “Solicita alteração ao diploma de atribuição de indemnização por acidentes em serviço na função pública”;
Deputado relator: GP do PS;

- 391/XIII/3.ª, da iniciativa de Luís Filipe Cruz Bonaparte, que “Solicita alteração à Lei n.º 11/2014, de 6 de março, no que respeita a acidentes de serviço”;
Deputado relator: GP do PS;

8. Votação do Requerimento apresentado pelo GP do BE, no passado dia 12 de junho, propondo a audição, com caráter de urgência, do Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);

9. Apreciação de solicitação apresentada pelo GP PEV com vista à realização em Comissão, e à definição da respetiva metodologia, da nova apreciação na generalidade dos Projetos de Lei n.º 542/XIII/2.ª (PEV) - Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente de doença ou acidente de trabalho; 613/XIII/3.ª (BE) - Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais; e 779/XIII/3.ª (PCP) - Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador;

10. Outros assuntos.

I Parte

Audição do Presidente da Comissão Coordenadora do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública e no setor empresarial do Estado (PREVPAP), Dr. Fernando Ribeiro Lopes, na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE.

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD), deu as boas vindas ao Dr. Fernando Ribeiro Lopes, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública e no setor empresarial do Estado



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 161/XIII/ 3.ª SL

(PREVPAP), descreveu a metodologia adotada para aquela audição e deu a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) para apresentação do requerimento da autoria do seu Grupo Parlamentar, aprovado por unanimidade em reunião da Comissão de 16 de maio de 2018.

Usou de seguida da palavra o Dr. Fernando Ribeiro Lopes, na sua primeira intervenção.

Na ronda única de intervenções usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Carla Barros (PSD), Wanda Guimarães (PS), José Moura Soeiro (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Rita Rato (PCP), tendo o Senhor Presidente da Comissão Coordenadora do MTSSS respondido no final e em conjunto às questões colocadas.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#) e [áudio](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

II Parte

Reaberta a reunião pelo Senhor Presidente, procedeu-se de acordo com a ordem do dia, nos seguintes termos:

1. Apreciação e votação da ata n.º 160, de 12 de junho de 2018;

Submetida a votação foi a ata supra identificada aprovada por unanimidade.

2. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas - designação de deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar:

- **Projeto de Lei n.º 916/XIII/3.ª (PEV) – “Remove as penalizações aplicadas a trabalhadores que já tenham acedido à pensão antecipada”**
Deputado autor do parecer: GP do PSD (Maria das Mercês Borges);

Tendo em conta que a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) fora indicada como autora do parecer de outras iniciativas conexas [os Projetos de Lei n.º 824/XIII/3.ª (PCP), 825/XIII/3.ª (PCP), 826/XIII/3.ª (PCP) e 911/XIII/3.ª (PEV)] foi também designada como relatora desta iniciativa, com a sua expressa concordância.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 161/XIII/ 3.ª SL

• **Projeto de Lei n.º 917/XIII/3.ª (PEV) – “Procede à reposição do regime de férias na Função Pública, consagrando o direito a 25 dias úteis de férias e as majorações em função da idade”**

Deputado autor do parecer: GP do PS (José Rui Cruz);

Considerando que o Senhor Deputado José Rui Cruz (PS) fora indicado como autor do parecer de outras iniciativas conexas [os Projetos de Lei n.º 897/XIII/3.ª (PAN), 898/XIII/3.ª (PAN), 903/XIII/3.ª (BE) e 909/XIII/3.ª (PEV)] foi também designado como relator desta iniciativa.

3. Distribuição da COM (2018) 375 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que “estabelece disposições comuns sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e regras financeiras para estes Fundos e o Fundo para o Asilo e a Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos” (a remeter à CAE até 31 de julho)

Relator: Deputado do GP do PS;

Foi indicada pelo Grupo Parlamentar do PS a Senhora Deputada Carla Tavares para a elaboração do relatório.

4. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:

• **Projeto de Lei n.º 860/XIII/3.ª (CDS-PP) – “Cria o Programa Extraordinário de Ingresso de Pessoas com Deficiência na Administração Pública (PEIPDAP)”;**

• **Projeto de Lei n.º 861/XIII/3.ª (BE) – “Estabelece obrigatoriedade de contratação de 2% de trabalhadores/as com a diversidade funcional”;**

Neste ponto da ordem do dia, tomou da palavra a Senhora Deputada Isabel Pires (BE), que em função da ausência do Senhor Deputado Jorge Falcato Simões (BE) solicitou o adiamento da discussão para a próxima reunião ordinária, sem deixar de referir que uma recente alteração ao Regimento da Assembleia da República (RAR) impunha que a Comissão Parlamentar competente promovesse a consulta das federações e confederações representativas do setor sempre que se trate de iniciativas em matéria de deficiência, o que deixou à consideração da Comissão.

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1512/XIII/3.ª (PCP) – “Apoio social aos trabalhadores da COFACO na Ilha do Pico”;

Tomou da palavra a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), que solicitou que a discussão deste ponto aguardasse a chegada do Senhor Deputado António Filipe (PCP), que



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 161/XIII/ 3.ª SL

nesse momento intervinha na reunião de outra Comissão Parlamentar, o que mereceu a aquiescência de todos os presentes.

6. Fixação da redação final dos textos das seguintes iniciativas:

- **Projeto de Resolução n.º 369/XIII/1.ª (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo que crie um “Contrato de Transparência com os futuros pensionistas”: informação sobre a expectativa de pensão a receber ao atingir a idade legal de reforma»;**
- **Projetos de Resolução n.º 1183/XIII/3.ª (BE) – “Disponibilização pelo Centro Nacional de Pensões de recibo discriminado da pensão com indicação dos valores que a compõem, em data anterior à do recebimento” e n.º 1404/XIII/3.ª (PCP) – “Recomenda ao Governo que seja prestada informação detalhada aos reformados e pensionistas sobre os valores das suas pensões e reformas”;**

Já no âmbito do sexto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) defendeu a manutenção da estrutura original do Projeto de Resolução n.º 369/XIII/1.ª (CDS-PP), com três números, em detrimento da versão de dois pontos agora apresentada.

Por seu turno, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) declarou que o seu Grupo Parlamentar nada tinha a opor à proposta de redação final apresentada para o Projeto de Resolução n.º 1404/XIII/3.ª (PCP), bem como a proposta de fusão com o texto final do Projeto de Resolução n.º 1183/XIII/3.ª (BE).

Tendo sido suscitadas outras questões sobre estes dois últimos projetos de resolução, a Comissão decidiu adiar a sua votação para a próxima reunião ordinária, fixando por unanimidade a redação final do Projeto de Resolução n.º 369/XIII/1.ª (CDS-PP), com as ressalvas introduzidas pelo Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP).

7. Admissão das seguintes petições, e designação dos respetivos relatores (se necessário):

- **375/XIII/2.ª, da iniciativa de Marta Cláudia Matos Oliveira, que “Solicita legislação no sentido de o subsídio de doença a 100% ser aplicável a doentes oncológicos”;**
Deputado relator: GP do PSD;
- **379/XIII/2.ª, da iniciativa de Paulo Jorge Alves Madeira, que “Solicita alteração ao diploma de atribuição de indemnização por acidentes em serviço na função pública”;**
Deputado relator: GP do PS;
- **391/XIII/3.ª, da iniciativa de Luís Filipe Cruz Bonaparte, que “Solicita alteração à Lei n.º 11/2014, de 6 de março, no que respeita a acidentes de serviço”;**
Deputado relator: GP do PS;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 161/XIII/ 3.ª SL

No sétimo ponto da ordem de trabalhos, foi deliberada por unanimidade a admissão das três petições em apreço, sendo designados como relatores, respetivamente, a Senhora Deputada Susana Lamas (PSD), para a primeira petição, e a Senhora Deputada Sofia Araújo (PS), para a segunda e terceira petições.

Neste momento, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) deu conta da indisponibilidade do Senhor Deputado António Filipe (PCP) para intervir no debate do quinto ponto da ordem do dia, pelo que seria ela própria a proceder à apresentação do Projeto de Resolução n.º 1512/XIII/3.ª (PCP). Não se procedeu porém a esta discussão em virtude de um pedido de um adiamento formulado pelo Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), tendo a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) instado a que este ponto fosse então agendado para a reunião ordinária seguinte, em virtude da sua premência, tendo o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) respondido que era precisamente essa urgência que justificava o pedido de adiamento agora apresentado.

8. Votação do Requerimento apresentado pelo GP do BE, no passado dia 12 de junho, propondo a audição, com caráter de urgência, do Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que no seguimento da apresentação do requerimento já encetada na reunião anterior, resumiu que o mesmo visava esclarecer a discrepância entre a análise da Comissão de Avaliação Bipartida (CAB) e a posição do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) sobre a aplicação do PREVPAP neste organismo.

Tanto a Senhora Deputada Carla Barros (PSD) como o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP), bem como as Senhoras Deputadas Rita Rato (PCP) e Wanda Guimarães (PS) manifestaram a sua não oposição ao requerimento, sendo assim o mesmo aprovado por unanimidade.

Perante isto, e considerando que o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) solicitou o agendamento urgente desta audição, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) recordou as várias audições e audiências por realizar até ao final da Sessão Legislativa. Desta forma, e retomando uma discussão já realizada na derradeira reunião, requereu que ficasse lavrada em ata a sua sugestão de informar todas as pessoas que haviam solicitado uma audiência a esta Comissão com base nas



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 161/XIII/ 3.ª SL

iniciativas legislativas pendentes que versavam sobre as cédulas dos profissionais das terapêuticas não convencionais (TNC) que seriam ouvidas logo que fosse constituído um grupo de trabalho na CTSS sobre essa matéria.

Em resposta, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) considerou que não se encontrava pendente de agendamento mais nenhum requerimento, acrescentando que um grupo de trabalho sobre as TNC teria mais eficácia após a conclusão das audiências que se encontravam a ser realizadas pelos diferentes Grupos Parlamentares, e que no caso do GP do BE levariam até à apresentação de propostas de alteração à versão original do seu projeto de lei. Posto isto, lembrou que a audição conjunta concretizada no Grupo de Trabalho – Estatuto do Cuidador Informal havia sido bastante positiva, pelo que propôs a adoção do mesmo modelo para a audição de todas as entidades que haviam requerido uma audiência sobre esta temática.

Neste momento, e depois de a Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) ter lembrado que as reuniões dos grupos de trabalho não careciam da verificação de quórum, ao contrário das reuniões da Comissão, o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) manifestou a sua concordância com a iniciativa da Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), devendo a audição dos requerentes aguardar o impulso dos Grupos Parlamentares proponentes.

Assim sendo, e perante a insistência da Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) com vista à consagração de uma metodologia, registando que o Grupo de Trabalho – Audiências realizava trabalho genérico e não trabalho na especialidade, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) aduziu que deveria ficar explícito que este Grupo de Trabalho entendia ser preferível realizar essas audições no grupo de trabalho competente, a constituir no futuro, pronunciando-se sobre a possibilidade de ouvir ou não os demandantes. A este respeito, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) mencionou que tinham sido os Grupos Parlamentares proponentes (entre eles o GP do BE) que haviam gerado expectativas nos interessados, secundando o Senhor Deputado Joaquim Raposo (PS) que havia Deputados que compareciam muito pouco ao Grupo de Trabalho – Audiências, e concluindo que deveria ser a Comissão a realizar essa comunicação.

Isto posto, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) não deixou de mencionar que nunca se opusera à criação de um grupo de trabalho setorial, e ainda que o seu GP já havia ouvido algumas das entidades requerentes, e que estavam a trabalhar na



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 161/XIII/ 3.ª SL

proposta a apresentar. Tomou ainda da palavra a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) que constatou que parecia pacífica a decisão de criar um grupo de trabalho sobre este assunto, exortando ainda os proponentes a ouvirem os demandantes das audiências, mesmo antes de apresentarem as suas eventuais propostas de alteração aos textos aprovados na generalidade.

A final, a Comissão decidiu o agendamento da criação do Grupo de Trabalho - Terapêuticas Não Convencionais para a reunião da semana seguinte, em virtude de esse ponto não constar expressamente da presente ordem de trabalhos.

9. Apreciação de solicitação apresentada pelo GP PEV com vista à realização em Comissão, e à definição da respetiva metodologia, da nova apreciação na generalidade dos Projetos de Lei n.º 542/XIII/2.ª (PEV) - Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente de doença ou acidente de trabalho; 613/XIII/3.ª (BE) - Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais; e 779/XIII/3.ª (PCP) - Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador;

Já no âmbito deste nono ponto, e depois de a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) ter constatado que não se encontrava presente nenhum representante do GP do PEV, o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) deu conta que os proponentes presentes, que neste caso se resumiam ao GP do BE, se deveriam pronunciar preferencialmente sobre a metodologia a adotar. O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) indicou então que seria a Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) a integrar este Grupo de Trabalho, solicitando ainda o agendamento de um novo ponto autónomo na próxima reunião com vista à constituição do correspondente Grupo de Trabalho. Finalizou referindo que haviam remetido um conjunto de entidades a ouvir no decurso da nova apreciação na generalidade das iniciativas, que em parte coincidiam com as propostas apresentadas pelos GP do PEV e do PCP.

Tomou então da palavra a Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS), que deixou uma nota sobre o elevado número de Grupos de Trabalho em atividade nesta Comissão, e ainda sobre o pouco tempo em falta até à conclusão da 3.ª Sessão Legislativa. Em segundo lugar, propôs a audição, a propósito deste novo grupo de trabalho a constituir, da Federação Nacional da Educação (FNE) e da FESAP - Federação de Sindicatos da Administração Pública.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 161/XIII/ 3.^a SL

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) retomou então o uso da palavra, traçando uma panorâmica geral sobre o estado dos diferentes Grupos de Trabalho por si coordenados, e solicitando o agendamento de uma reunião de Mesa e Coordenadores para organizar a atividade futura da Comissão e respetivos Grupos de Trabalho. Assim sendo, o Senhor Presidente propôs a realização desta reunião na sexta-feira seguinte, 22 de junho de 2018, pelas 9h30, o que mereceu a concordância dos demais presentes.

10. Outros assuntos.

Nada havendo a tratar neste ponto, a reunião foi encerrada às 12:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de junho de 2018.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Feliciano Barreiras Duarte



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 161/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Maria das Mercês Borges
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Helga Correia

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Roque
Rui Riso

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: